

## **Síntese histórica da imprensa moçambicana: Tentativa de interpretação<sup>1</sup>**

Antonio HOHLFELDT<sup>2</sup>

James Machado dos SANTOS<sup>3</sup>

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RGS

### **Resumo**

O presente trabalho dá seqüência à pesquisa iniciada no estágio pós-doutoral, em 2008, na Universidade Fernando Pessoa/Biblioteca Pública Municipal, da cidade do Porto, Portugal. Trata-se de buscar reconstituir a história da chamada imprensa colonial portuguesa, constituída por uma história da imprensa colonial e uma história comparada da imprensa luso-brasileira. Em artigos anteriores, abordou-se um panorama geral e a bibliografia disponível. Posteriormente, estudou-se um jornal, especificamente. Este paper faz uma síntese histórica da imprensa de Moçambique. Depois de se fazer um panorama da história das conquistas portuguesas do ultramar e da chegada dos portugueses a Moçambique, desdobra-se a síntese histórica da imprensa moçambicana. Conclui-se o estudo com uma síntese de características dessa imprensa, destacando-se algumas figuras de jornalistas e alguns dos periódicos editados.

**Palavras-chave:** História da imprensa; Imprensa em Portugal; História de Moçambique; História da imprensa de Moçambique; Teoria do Jornalismo.

### **Uma história necessária**

Em 1894, convidado a representar Portugal no 1º Congresso Internacional da Imprensa, em Anvers, Bélgica, o decano dos jornalistas portugueses, Brito Aranha, apresentou um “Rapport de la section portugaise” que fazia o primeiro levantamento moderno e ampliado da imprensa portuguesa, aí compreendida a chamada *imprensa colonial*, isto é, aquela publicada em idioma português, nas então colônias de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP de História do Jornalismo do IX Encontro de Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, Universidade Positivo. 4 a 7 de setembro de 2009.

<sup>2</sup> Pós-Doutor pela Universidade Fernando Pessoa, Porto. 2008; Presidente da INTERCOM; pesquisador do CNPq, email: [hohlfeld@puers.br](mailto:hohlfeld@puers.br)

<sup>3</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação da PUCRS, email: [james.machado@ig.com.br](mailto:james.machado@ig.com.br)

Portugal do Ultramar, como se costumava dizer então<sup>4</sup>. Escrevia ele: “A imprensa é o elemento civilizador por excelência e é reconhecido que de sua influência dependem benefícios incalculáveis”<sup>5</sup>. Quase um século depois, o historiador que, neste momento, apresenta o estudo mais completo e mais amplo a respeito da história da imprensa em Moçambique, de que vamos nos ocupar neste artigo, voltava a insistir sobre a importância desta instituição.

Para além das datas, dos nomes e dos títulos a que não se pode fugir, há toda uma vida que o território viveu – a vida social do agregado, e também a vida privada, mesquinha ou grandiosa, dos homens desse agregado (...) a imprensa continua ser a porta do maior espetáculo do Mundo – o espetáculo dos homens<sup>6</sup>.

O mesmo autor, em obra posterior, voltava ao tema, mais explicitamente, reconhecendo que a imprensa é “o retrato de toda uma sociedade”<sup>7</sup>.

Aliás, é admirável ler-se o que, na época, o Governador Geral da Província de Moçambique, Vasco Guedes de Carvalho e Menezes, escreveu, em 1854, quando do lançamento do *Boletim do Governo da Província de Moçambique*: “A Imprensa é um dos melhores inventos do espírito humano. Ella tem prestado os mais importantes serviços ao Commercio, á indústria, aos interesses, e á civilização d’uma grande parte dos povos do universo”<sup>8</sup>.

Se, ao final do século XIX, e ao longo do século XX, foi este o pensamento, não ocorreu o mesmo ao longo daquele século XIX, quando esta imprensa nasceu. Se a história da imprensa em Moçambique é a mais recente, mesmo em relação às demais colônias, como veremos logo adiante, ela é das mais produtivas, tanto quantitativa quanto qualitativamente. Contudo, como referem todos os principais pesquisadores, há uma enorme dificuldade para se poder reconstituir essa história. Como disse Ilídio Rocha, faltou quem colecionasse e guardasse os jornais; e, sobretudo, inexistiu lugar onde se pudesse mantê-los. Diz este último:

---

<sup>4</sup> HOHLFELDT, Antonio – “Imprensa das colônias de expressão portuguesa: Primeira aproximação”, comunicação apresentada ao XXXI Congresso Brasileiro de Ciências Interdisciplinares da Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte/INTERCOM, Natal. Setembro de 2008.

<sup>5</sup> ARANHA, Pedro Wenceslau Brito – *Rapporte la section portugaise au 1er. Congrès International de la Presse*, Lisboa, Imprimerie Universelle. 1894, p. 7.

<sup>6</sup> ROCHA, Ilídio – *Contribuição para a história da imprensa em Moçambique*, Lourenço Marques, CODAM. 1973, p. 2.

<sup>7</sup> ROCHA, Ilídio – *A imprensa em Moçambique*, Lisboa, Livros do Brasil. 2000, p. 16.

<sup>8</sup> CARVALHO E MENEZES, Vasco Guedes – Apresentação do “Boletim do Governo da Província do Moçambique”, transcrito por DIAS, Raul Neves – *A imprensa periódica em Moçambique – 1854 – 1954 (Subsídios para a sua história)*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional. 1957. Manteve-se a grafia da época.

O primeiro [obstáculo] é o de não existirem em Portugal [nem em Moçambique] colecionadores de jornais – não há a tradição nem a tal tipo de papel impresso se dá grande importância. O segundo [obstáculo] e não menor, os sucessivos ataques políticos, castrenses, religiosos ou muito simplesmente policiais às redações e aos seus produtos, com empastelamentos, atentados, apreensões, fogueiras, prisões e tudo o mais de que a repressão é capaz, que fizeram desaparecer tiragens inteiras, quanto não todos os números de vários jornais<sup>9</sup>.

Assim, as dificuldades para reconstruir esta história são enormes, ainda que gradualmente a tarefa venha sendo concretizada, conforme levantamento que Raul Neves Dias realizou: se Brito Aranha foi o pioneiro, e sua lista apresentou apenas 4 títulos: *Boletim da Companhia de Moçambique*; *Boletim Oficial do Governo da Província de Moçambique* (40º ano de publicação); *Clamor africano* (3º ano de publicação – tratava-se de um jornal que substituíra um outro, *O Brado africano*, então suspenso, num procedimento que analisamos mais adiante, típico da imprensa colonial); *Correio da Beira* (2º ano de publicação)<sup>10</sup>, outros autores conseguiram, gradativamente, descobrir novos títulos e estabelecer novos dados e segurança sobre informações descobertas. Assim foi com Sousa Ribeiro, que nos anos de 1908, 1917 e 1940 produziu diferentes edições de um *Anuário*: começou com 29 títulos e chegou a 80, atualizando e corrigindo constantemente seus dados. António dos Santos Figueiredo, que escreveu monografia a ser apresentada à Exposição Colonial do Porto, em 1934, e de que tenho um exemplar<sup>11</sup>, cita 9 jornais que, naquele momento, editavam-se na província, e mais os dois que haviam iniciado aquela história, ainda no século XIX, num total, portanto, de onze periódicos. Rocha Martins, de seu lado, identificou pouco menos de uma vintena, e Mário Costa lembrou cerca de 120 publicações. Filipe Gastão de Almeida de Eça, além de também recuperar diferentes periódicos, preocupou-se em definir qual teria sido efetivamente a primeira publicação não-oficial da Província, estudando títulos como *O clamor militar*, que estabeleceu como tendo sido definitivamente editado no Porto e não na África; *O baluarte*, de que se tem notícias, mas do qual jamais se viu qualquer exemplar; e *O progresso*, de que ele descobriu um exemplar da primeira edição, datada de 9 de abril de 1868, “hebdomadário religioso, instructivo, commercial

---

<sup>9</sup> ROCHA, Ilídio – *A imprensa de Moçambique*, op. cit., p. 15.

<sup>10</sup> ARANHA, Brito – *Rapporte la section portugaise au 1er. Congrès International de la Presse*, Lisboa, Imprimerie Universelle. 1894, ps. 44/45.

<sup>11</sup> FIGUEIREDO. António dos Santos – *Colónia de Moçambique – A vida social*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique. 1934.

e agrícola”, a cargo de Miguel Augusto dos Santos Severino e Manuel Dias da Silva<sup>12</sup>. Os autores mais contemporâneos são justamente os já citados Raul Neves Dias e Ilídio Rocha, ambos jornalistas e participantes de boa parte desta história, já nas primeiras décadas do século XX, além de Luís C. Lúpi, João Alves das Neves e José Júlio Gonçalves, que têm produzido diferentes obras<sup>13</sup>.

Esta bibliografia retoma as publicações a partir de 1854 e vai especialmente até 1975, quando a independência da até então colônia mudar bastante a perspectiva, não apenas da imprensa quanto das comunicações em geral, em Moçambique. Aliás, José Júlio Gonçalves já intentara um panorama mais diverso, não centralizado apenas na imprensa, ainda que ela seja quantitativamente mais significativa, em seu trabalho de que aqui também nos valem<sup>14</sup>.

Deve-se acrescentar, como registra João Alves das Neves, o fato de que “pouco se sabe, no Brasil, acerca da imprensa dos jovens países africanos que falam português: Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique [, Macau e Goa]”<sup>15</sup>. Por isso, foi importante que, estando o pesquisador no Brasil, fazendo estudos de pós-graduação, tenha alcançado propor e realizar o I Encontro Luso-Afro-Brasileiro de Jornalismo e Literatura, na Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, em São Paulo, em 1984, a que se seguiu um segundo, em 1987<sup>16</sup>. Infelizmente, o projeto não teve continuidade, com o retorno do pesquisador a Portugal. Pretendemos estar retomando a idéia com este conjunto de estudos que iniciamos a publicar em 2008<sup>17</sup>.

---

<sup>12</sup> Referências em DIAS, Raul Neves – *A imprensa periódica em Moçambique*, op. cit., p. 13 e ss., em especial, sobre “O Progresso”, p. 49 e ss.

<sup>13</sup> Ver referência geral a este bibliografia em HOHLFELDT, Antonio – “A imprensa das colônias de expressão portuguesa: Principal bibliografia”, 6º Encontro Anual da SBPJor, UNIPI, São Paulo. 2008.

<sup>14</sup> GONÇALVES, José Júlio – *A informação em Moçambique (Contribuição para o seu estudo)*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. 1965.

<sup>15</sup> NEVES, João Alves – *História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo*, Lisboa, Direcção Geral da Comunicação Social. 1989, p. 155.

<sup>16</sup> NEVES, João Alves – *História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo*, idem, ibidem, ps. 157 a 160.

<sup>17</sup> Graças à bolsa de Estágio Pós-Doutoral concedida pela CAPES, no primeiro semestre de 2008, permaneci na cidade do Porto, em Portugal, junto à Universidade Fernando Pessoa, sob a orientação do prof. Dr. Salvato Trigo. Pude pesquisar, então, as coleções de jornais da chamada *imprensa colonial portuguesa* que se encontram, por força de lei, depositados no acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto, de quem recebi gentilmente o apoio para a pesquisa. Assim, este estudo dá continuação à série de ensaios que venho publicando a respeito de tal tema, com ênfase especial, no momento, à imprensa de Moçambique, por ser, como se disse, quantitativa e qualitativamente a mais significativa.

## **Descoberta e ocupação de Moçambique**

Segundo alguns historiadores, o projeto de expansão ultramarina português nasce da “responsabilidade comum da Cruzada em que se encontravam envolvidas todas as nações da Península [Ibérica], visto que todas dela haviam nascido e todas continuavam a considerar a luta contra os mouros como o objetivo fundamental da sua existência”<sup>18</sup>. Assim, Portugal, depois de expulsar os mouros da Península e constituir-se em nação autônoma, manteve sua mobilização. “Desenvolvida a marinha real e particular, criavam-se as gerações de marinheiros que permitiriam depois os primeiros arrojados pelo oceano fora”<sup>19</sup>. Depois da avançada sobre Ceuta, o esforço português se ampliou e, ao longo de diferentes reinados, prosseguiu e, enfim, concretizou-se nas descobertas de territórios africanos, asiáticos e sul-americanos. O Infante Dom Henrique teve importante papel neste processo. E seus seguidores deram continuidade a seus projetos. Assim, já no início do século XV, os portugueses chegavam às Canárias e, a partir daí, atingiam as costas africanas. Por isso mesmo, “será preciso aceitar que, entretanto, se realizou, impulsionado pelo Infante, um extraordinário esforço de adaptação das condições e dos processos de navegação, para que fosse possível viajar pelo mar alto”<sup>20</sup>. A partir de 1458, o movimento em busca da África é incrementado. Em agosto de 1486, Bartolomeu Dias chega ao Cabo das Tormentas, mais tarde batizado como Cabo da Boa Esperança (atual Cidade do Cabo), que Vasco da Gama dobrará, avançando pelo Oceano Índico, chegando à Ilha de Moçambique a 1º de março de 1498<sup>21</sup>. Moçambique vai se tornar praça importante para Portugal, eis que dali “partia-se para a exploração da Madagascar e de toda a costa da África, como se partira de Goa e de Málaga para a exploração da costa asiática”<sup>22</sup>.

Fernando de Castro Brandão<sup>23</sup> publicou obra exemplar a respeito das conquistas portuguesas, de onde destacamos alguns dados sobre Moçambique. O primeiro contato dos portugueses com o atual território de Moçambique ocorreu no dia 12 de janeiro de 1498, quando Vasco da Gama chega com sua frota à região do Inharrime, ao sul do território, avançando pelo rio Quelimane, um pouco mais acima e,

---

<sup>18</sup> MÚRIAS, Manuel – *História breve da colonização portuguesa*, Lisboa, Ática.1940, p. 5.

<sup>19</sup> MÚRIAS, Manuel – *História breve da colonização portuguesa*, op. cit., p. 8.

<sup>20</sup> MÚRIAS, Manuel – *História breve da colonização portuguesa*, idem, ibidem, p. 22.

<sup>21</sup> MÚRIAS, Manuel – *História breve da colonização portuguesa*, idem, ibidem, ps. 53 e 54.

<sup>22</sup> MÚRIAS, Manuel – *História breve da colonização portuguesa*, idem, ibidem, p. 87.

<sup>23</sup> BRANDÃO, Fernando de Castro – *História da expansão portuguesa – 1367 – 1580 – Uma cronologia*, Europress, Odivelas. 1995.

enfim, atingindo a Ilha de Moçambique. Em 1502, cria-se a feitoria de Moçambique, naquela ilha, a que se seguirá a criação de outra feitoria, em 1505, já no interior do território, na região de Sofala que será, a partir de então, o centro de colonização portuguesa da região, sobretudo porque ali se espera encontrar grandes quantidades de ouro. A partir de 1511, o degredado António Fernandes vai desdobrar uma série de expedições em torno daquela região, ao longo do Monomotapa<sup>24</sup>, cujos reis, nos séculos seguintes, depois de firmarem as pazes com os portugueses, vão desenvolver constantes ataques aos colonizadores, sobretudo ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Aliás, é nesta região que o sacerdote Gonçalo da Silveira, em 1561, tentando catequizar e batizar os nativos, terminou sendo assassinado<sup>25</sup>. Através de diferentes movimentos, os portugueses vão ocupando o território, desbravando-o mas não necessariamente o explorando economicamente.

É importante citar-se que, na origem, esta região africana era ocupada por pigmeus. Em constantes migrações da Ásia, chegam àquela costa oriental os bosquímanos, que com eles se miscigenam, em torno dos séculos III e II a.C.<sup>26</sup>. Quando os portugueses atingem à região, no século XV, a maior parte dela está ocupada por bantus, resultantes de toda aquela miscigenação. Boa parte da população tem inclusive a influência árabe, graças à presença islamita, iniciada em torno do ano 1000<sup>27</sup>.

A expansão da presença portuguesa foi rápida, mas a decadência também veio ligeiro, e a partir do século XVII, mas especialmente ao longo do século XVIII, graças à corrupção, sobretudo, à crise na região do Monomotapa e à chegada de outros grupos estrangeiros europeus, como holandeses, franceses e ingleses, Portugal começou a perder terreno. Tudo o que os portugueses que lá se encontravam queriam riquezas e roubo, gerando extrema imoralidade<sup>28</sup>. Ao mesmo tempo, Portugal é fortemente pressionado por esses governos, que vão ocupando o território a partir de diferentes

---

<sup>24</sup> Toda esta região, rica em ouro, foi considerada por cronistas da época como a bíblica Ofir, mencionada por Salomão e que, justamente pela sua produção aurífera, havia despertado o interesse dos árabes, que a dominaram, ainda ao tempo da decadência do Império Romano.

<sup>25</sup> VIEIRA, A. da E. Santos – *Colônia de Moçambique – História da expansão do domínio português*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique. 1934, p. 10 e ss.

<sup>26</sup> VIEIRA, A. da E. Santos - *Colônia de Moçambique – História da expansão do domínio português*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique. 1934, p. 10 e ss.

<sup>27</sup> GONÇALVES, José Júlio – *A informação em Moçambique (Contribuição para o seu estudo)*, op. cit., p. 22.

<sup>28</sup> VIEIRA, A. da E. Santos - *Colônia de Moçambique – História da expansão do domínio português*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique. 1934, p. 23 e ss.

pontos. As crises de agravam: em 1894, na região próxima à atual cidade de Lourenço Marques, ocorre uma grande rebelião liderada por um chefe nativo, Gungunhana, que vai ser derrotado e preso por Mousinho de Albuquerque, posteriormente enviado a Portugal e exilado nos Açores. Mas mesmo com sua morte, a rebelião prossegue. De outro lado, Alemanha e Inglaterra vão-se apossando crescentemente de antigos territórios pretendidos pelos portugueses. Portugal é obrigado a assinar acordos com a Alemanha, em 1886, fixando novas fronteiras ao norte. E em seguida, pressionado por Cecil Rhodes, representando a Inglaterra, firma outro acordo em 1890, que elimina por completo o antigo sonho de ligar os territórios de Angola e Moçambique, formando o chamado *mapa cor-de-rosa* africano<sup>29</sup>. Só no início do século XX exploradores portugueses vão tentar seguir o modelo inglês de David Livingstone e atingir a região do Niassa, ao norte, o que, aliás, vai garantir a Portugal algumas vitórias em arbitragens internacionais. Os projetos portugueses haviam se desenvolvido, no passado, graças ao Conselho Ultramarino<sup>30</sup>. Na modernidade, foi o surgimento da Sociedade de Geografia de Lisboa, ao final do século XIX, que passou a pressionar o governo português para que a falta de continuidade dos projetos africanos não provocasse a total derrocada de Portugal naquele continente. A eclosão da I Grande Guerra ajudou esses planos, e Portugal pode consolidar seus espaços coloniais. A ascensão de Antonio de Oliveira Salazar, após 1926, quando ele se torna Ministro das Colônias e faz aprovar, sucessivamente o Ato Colonial, depois integrado à Constituição portuguesa do Estado Novo; a Carta Orgânica das Colônias e a Reforma Administrativa Ultramarina – em que pesem as imensas críticas que recebeu nas próprias colônias, não apenas pela maneira açodada com que se procederam as votações, sem qualquer tempo para debates, quanto pelos conceitos que ali se apresentavam, teve como consequência principal, de qualquer modo, a plena retomada de alguns territórios moçambicanos por parte do governo português. Refiro-nos, especialmente, à região do Niassa, entregue a uma companhia majestática desde o século XIX e que retorna à autonomia da administração exclusivamente portuguesa a partir de 1933, e a região de Sofala e Manica, que a partir

---

<sup>29</sup> VIEIRA, A. da E. Santos - VIEIRA, A. da E. Santos - *Colônia de Moçambique – História da expansão do domínio português*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique. 1934, p. 23 e ss., ps. 43, 48 e 50. Ver, também, MÚRIAS, Manuel – *História breve da colonização portuguesa*, op. cit., p. 143.

<sup>30</sup> VIEIRA, A. da E. Santos - VIEIRA, A. da E. Santos - *Colônia de Moçambique – História da expansão do domínio português*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique. 1934, p. 23 e ss., ps. 127 e 128.

de 1942 é retomada plenamente por Portugal. Se levarmos em conta que essas administrações é que provocavam as maiores reações dos moradores das colônias, quer por seus péssimos serviços, quer pela maneira autoritária com que agiam, conforme a farta documentação que encontramos nos jornais pesquisados, pode-se bem compreender o sucesso de Salazar com a política desenvolvida em face das antigas colônias. Marcelo Caetano, que também foi Ministro das Colônias, vai inclusive visitá-las, coisa que nenhum Ministro jamais o fizera. Isso não impediu a eclosão dos movimentos independentistas, a partir dos anos 1960, mas por certo amainou, parcialmente, as críticas dos coloniais à metrópole. Tanto que as independências só ocorreram, de fato, a partir das mudanças políticas sofridas pela própria metrópole, a partir de 1974-1975.

É, portanto, sob interesses contraditórios que a imprensa deverá se desenvolver neste território. É importante lembrar que a administração portuguesa, ao contrário da espanhola, não admitira a imprensa nos domínios de seu império. Os jesuítas, que a haviam levado até a China e a Índia, desde o século XVI, tardiamente se estabeleceram em terras africanas. E em Goa, mesmo, perderam seus direitos a partir do século XVIII.

### **Primeiros jornais de Moçambique**

A invasão francesa de 1808, que culmina na saída da Família Real para o Brasil e, posteriormente, os movimentos liberais de 1820 e, enfim, a independência do Brasil, em 1822, acabaram produzindo frutos. Em 1836, Portugal decide não apenas liberar quanto tornar obrigatória a publicação de um *boletim oficial* em suas colônias. Não obstante, Moçambique foi das últimas colônias a receber uma imprensa e a adotar tal iniciativa, até porque a metrópole desenvolvia políticas contraditórias, sucedendo-se, àquele decreto de 1836, inúmeros outros, nos anos seguintes, que ao mesmo tempo tolhiam e mandavam desenvolver a imprensa nas colônias, dependendo dos humores de Lisboa, em tempos políticos muito difíceis.

Só em 1799 criou-se uma primeira escola primária para os filhos dos colonos<sup>31</sup>. Provavelmente apenas em 1847 foi organizado o primeiro censo da

---

<sup>31</sup> GONÇALVES, José Júlio – *A informação em Moçambique (Contribuição para o seu estudo)*, op. cit., p. 50.

população moçambicana, com muito poucos alfabetizados<sup>32</sup>. O surgimento da imprensa era, independentemente da questão política, tal como refere José Marques de Melo a propósito do Brasil<sup>33</sup>, dificultado por questões como o referido analfabetismo, as barreiras lingüísticas, o condicionamento econômico-social, a falta absoluta de transportes, o poder aquisitivo da população, a escassez de publicidade que viabilizasse economicamente um empreendimento, e, claro, a censura, se não diretamente das autoridades metropolitanas, com toda a certeza das autoridades locais, fossem aquelas formalmente empossadas, como um Governador Geral, fossem aquelas *de plantão*, como juízes, delegados de polícia e até os mais simples administradores civis ou militares que se sentissem eventualmente incomodados por alguma coisa que se publicasse em qualquer jornal.

Assim, portanto, é evidente que as tiragens seriam mínimas<sup>34</sup>, ainda que muitos jornais fossem inclusive bilíngües, dependendo da região em que se publicassem, sendo impressos em português e inglês, ou mesmo em português e algum idioma nativo<sup>35</sup>. Houve, contudo, alguns acontecimentos significativos, que contribuíram para o desenvolvimento das colônias em geral, e para Moçambique, em especial. Das iniciativas gerais, pode-se citar a criação do Banco Nacional Ultramarino que, apesar do nome, não estava constituído de capitais portugueses, mas sim, ingleses<sup>36</sup>. Também foi importante o final da escravidão em Portugal e nas colônias, aliás, muito antes de o mesmo ocorrer no Brasil<sup>37</sup>. A criação de um serviço de correios bi-semanal, entre Inhambane e Lourenço Marques, que levava de quinze a vinte dias para cumprir seu trajeto<sup>38</sup>, e que na maioria das vezes atrasava (basta ler os jornais da época), quando não perdia ou demorava ainda mais do que o normal a entrega dos jornais que eventualmente criticassem seus serviços, foi, de qualquer modo, outro avanço. Bem ou mal, Moçambique ganhava foros europeus e civilizados: em 31 de maio de 1885, por iniciativa dos maçons, que aliás contribuíram fortemente, ao longo dos séculos, para a implantação da civilização branca na África e para um significativo

---

<sup>32</sup> GONÇALVES, José Júlio - *A informação em Moçambique (Contribuição para o seu estudo)*, op. cit., p. 37.

<sup>33</sup> MELO, José Marques de - *Sociologia da imprensa brasileira*, Petrópolis, Vozes. 1973.

<sup>34</sup> FIGUEIREDO, A. dos Santos - *Colônia de Moçambique - Vida social*, op. cit., p. 26.

<sup>35</sup> FIGUEIREDO, A. dos Santos - *Colônia de Moçambique - Vida social*, op. cit., p. 26.

<sup>36</sup> ROCHA, Ilídio - *A imprensa em Moçambique*, op. cit., p. 24.

<sup>37</sup> ROCHA, Ilídio - *A imprensa em Moçambique*, op. cit., p. 25.

<sup>38</sup> ROCHA, Ilídio - *A imprensa em Moçambique*, op. cit., p. 25.

conjunto de idéias modernas e democráticas no continente, tendo sido o grupo de pressão mais importante da colônia<sup>39</sup>, Lourenço Marques ganhava o primeiro Jardim Botânico de toda a África<sup>40</sup>. À maçonaria não apenas pertenciam muitos dos jornalistas que chegaram à colônia, enviados desde a metrópole, compulsoriamente, quanto à maçonaria coube a abertura de escolas de primeiras letras e mesmo escolas técnicas. Daí que, em Moçambique, tenha se formado um segmento social de mestiços, sobretudo, fortemente intelectualizados, bem informados política e claramente vinculados à militância social, o que se reflete no grande número de jornais, criados ao longo do século de sua imprensa, entre 1854 e 1954, ou mesmo de escritores, advogados e médicos que se notabilizaram, tanto na colônia quanto inclusive na metrópole<sup>41</sup>.

Uma síntese histórica da imprensa moçambicana, portanto, inicia-se em 1854, com a chegada da fragata Dom Fernando, que traz não apenas o novo Governador Geral, Vasco Guedes de Carvalho e Meneses, quanto alguns caixotes com um prelo e algumas caixas de tipos e outros utensílios tipográficos<sup>42</sup>. É provável que no mesmo navio, segundo o autor de que nos valem, tenha viajado ainda o primeiro impressor, Antonio Joaquim de Carvalho. Partida de Lisboa a 31 de dezembro de 1853, a embarcação atingiu a Ilha de Moçambique a 19 de abril de 1854, e já a 13 de maio do mesmo ano tirava-se a primeira edição do *Boletim Oficial do Governo da Província de Moçambique*. A tipografia fora instalada muito perto do hospital, onde permaneceu até novembro de 1856. No mesmo ano, a tipografia deu ainda à luz o “Regulamento Geral das Alfândegas da Província de Moçambique”, folheto de “esmerada apresentação, ao gosto da época”.

A primeira tipografia particular, conta-nos ainda Ilídio Rocha, teria sido a de Francisco Paula de Carvalho e João Sinfrônio de Carvalho, a partir de 1876, imprimindo o semanário *África Oriental*, sendo seu diretor o primeiro, e seu editor, o segundo. João era tipógrafo e trabalhara na Imprensa Nacional local, segundo Raul Neves Dias; e Francisco era professor da Escola Principal, advogado de provisão e também Diretor da Imprensa Nacional, em substituição ao primeiro. Mas Francisco viria a ser igualmente demitido, ao que parece, por prevaricação, cuidando mais de sua tipografia pessoal do que daquela oficial.

---

<sup>39</sup> ROCHA, Ilídio – *A imprensa em Moçambique*, op. cit., p. 16

<sup>40</sup> ROCHA, Ilídio – *A imprensa em Moçambique*, op. cit., p. 16

<sup>41</sup> ROCHA, Ilídio – *A imprensa em Moçambique*, op. cit., p. 80.

<sup>42</sup> ROCHA, Ilídio – *A imprensa em Moçambique*, idem, ibidem, p. 30.

O *Boletim* era uma publicação de quatro páginas, em tamanho pequeno (menor que nosso atual tablóide). Começou semanal, mas reservava parte de seu espaço “aos interesses do Commercio, e á publicação d’artigos de conveniência publica. Além d’isso a typographia está habilitada para dar ao prelo quaes quer outras obras que se convencionem” (texto original)<sup>43</sup>.

Em 1898, quando a capital de Moçambique deslocou-se da Ilha do mesmo nome para Lourenço Marques, a gráfica oficial sofreu o mesmo destino. Com pequeninas modificações, ao longo das décadas, a publicação chegou até 1975, quando Moçambique independentizou-se de Portugal. Na verdade, até 1870, foi o único jornal a circular em todo o território, constituindo-se, por isso mesmo, na fonte de informação fundamental para toda aquela sociedade.

Sucessivamente, novas publicações se fundaram, na própria ilha, em 1868, como se disse, e em 1870; em Quelimane (1877), e em Lourenço Marques (1888), mas o *Boletim* continuou sendo a grande fonte de informação, tanto oficial quanto social. “Foi no *Boletim Oficial* que nasceram os primeiros jornalistas de Moçambique”, afirma Rocha, citando Tomás António Gonzaga de Magalhães e José Vicente da Gama. O primeiro lembra, pelo nome, o poeta mineiro exilado em Angola; o segundo era um brãmene nascido em Bardez, na Índia, mas que fixou residência em Moçambique até sua morte. José Vicente foi autor, aliás, do *Almanaque Civil Eclesiástico Histórico-Administrativo da Província de Moçambique: 1859*, que levou tanto tempo para ser impresso que acabou sendo publicado quase no ano seguinte; editou, ainda, uma *Folhinha Civil e Eclesiástica*, a partir de 1861 até 1864.

Tudo se imprimia na Imprensa Oficial, e isso valeu a primeira crise da história da imprensa moçambicana. Estudo de Filipe Almeida de Eça conseguiu resgatar e que é repetida por Ilídio Rocha em suas obras. Sucintamente, o primeiro jornal não-oficial da província começou a ser publicado a 9 de abril de 1868, editado por Miguel Augusto dos Santos Severino e Manuel Dias da Silva. Chamou-se *O Progresso* e, assim que saiu, inaugurou a censura prévia, provocada por aquela mesma primeira edição.

Ocorre que, nesta época, era Governador Geral o tenente-coronel António Augusto de Almeida Correia de Lacerda. Um escrivão da comarca, não muito escrupuloso, havia surrupiado 55 libras que haviam sido depositadas a seus cuidados, em um processo. Quando assumiu seu posto, o juiz da comarca Vicente Máximo da Silveira logo se deu conta do desvio e citou o escrivão para devolver a quantia. Chegou

---

<sup>43</sup> ROCHA, Ilídio – *A imprensa em Moçambique*, idem, ibidem, p. 32.

mesmo a oficial ao Governador. Neste meio tempo, Santos Severino resolveu defender a autoridade maior e mandou publicar um panfleto contra o juiz, impresso, naturalmente, na Imprensa Oficial, e que circulou no dia 24 de março de 1868. O Juiz, que não gostou, oficiou à metrópole. O Governador Geral, do mesmo modo, defendeu-se à autoridade suprema. Sobretudo porque o próprio Governador havia lido o panfleto e o liberara. Indagado pela Metrópole, ele defendeu-se:

V. Exa. sabe perfeitamente quais têm sido as minhas idéias como deputado, e como jornalista, a favor da livre emissão do pensamento(...) Contra mim mesmo que fosse o aludido artigo, eu o mandava publicar, porque enquanto me for confiado o governo desta província, não hei-de tolher a livre manifestação do pensamento (...) <sup>44</sup>.

No dia 9 de abril foi lançado o jornal *O Progresso*, e para desgosto do juiz, o periódico, dirigido pelo mesmo Santos Severino, reiterava os termos do panfleto ainda mais calorosamente. O jornal também dependia da Imprensa Nacional. Novas reclamações se sucederam e o resultado foi que, no dia 11 de abril, a Ordem 243, do Governador, determinava “que no jornal *O Progresso*, que se imprime na referida oficina [da Imprensa Nacional], se não devem inserir artigos, ou correspondência de natureza política ou de agressão pessoal, e como tais estranhos à índole de um jornal puramente literário; devendo outro sim, o referido encarregado, remeter à secretaria geral: antes da tiragem do referido jornal, uma prova de prelo, a fim de se lhe lançar o competente *visto*, sem o qual se não poderá imprimir o mencionado jornal”.

Nenhum historiador sabe se mais de uma edição de *O Progresso* chegou a funcionar...

Como se disse, Ilídio Rocha, na obra de que tanto nos valem, levantou mais do que um milhar de diferentes títulos de periódicos que se publicaram desde então até 1975, identificando cada um deles, na medida do possível, pelo título, sede, número de páginas, início e final de circulação, responsáveis, etc.

Podemos, assim, o surgimento de uma imprensa católica, esportiva, uma imprensa operária, algumas publicações dirigidas ao público infantil, jornais técnicos especializados – como aquele que vai acompanhar o surgimento da primeira emissora de rádio de Moçambique – a imprensa humorística, etc.

Alguns – talvez a maioria dessas publicações – tiveram vida breve. Outros, contudo, sobreviveram a todas as dificuldades e circularam, ao longo dos anos. Enfrentaram a falta de papel, a raridade dos tipos variados, a perseguição política, a legislação sempre restritiva, sobretudo depois de 1927, com a chamada “Lei João Belo”,

---

<sup>44</sup> ROCHA, Ilídio – *Contribuição para a história da imprensa em Moçambique*, op. cit., p. 3.

o atraso de entrega pelos correios ou através do transporte ferroviário; as perseguições aos entregadores residenciais, quando na própria sede de edição; a escassa publicidade; os assinantes caloteiros que, tendo recebido o jornal ao longo das semanas, quando deveriam pagar o boleto, simplesmente se recusavam de fazê-lo; os leitores que pilhavam os jornais de seus verdadeiros assinantes e os liam nas ruas e nas praças públicas, sem os pagar, e assim por diante. Cada historiador destaca este ou aquele profissional; esta ou aquela personalidade.

Reunindo os dados levantados por esses estudiosos e mais as observações que fizemos na leitura atenta dos jornais consultados no acervo da Biblioteca do Porto, queremos aqui, a título de referência rápida, pois cada um deles merece estudo à parte, identificar alguns deles.

### **Um jornal: *O Emancipador***

Já escrevemos a respeito de um jornal, *O emancipador*<sup>45</sup>. *Vida nova*, de 1907, foi, provavelmente, o primeiro jornal operário a circular, publicado em Lourenço Marques, bi-semanal; mais adiante, surgiram *Os simples* (1911 a 1913), publicado por integrantes de um conjunto musical(!!!) e *Germinal*, da empresa do mesmo nome, e que circulou entre 1914 e 1918, justamente durante um período difícil, graças à I Grande Guerra, com forte pressão da censura prévia. Sucedendo-lhe, mas sob outra perspectiva editorial, em 1919 surgiu *O emancipador*, que circulou até 1924. Semanal, teve seu diretor afastado e, assim, segundo a legislação, viu-se impedido de continuar a circular. Seus responsáveis lançaram mão, então, da alternativa legal de que dispunham: passaram a editar “números únicos”, semanais, que mantinham inclusive a numeração de ordem da publicação, mas que não exigiam a existência de um diretor. Assim, sucederam-se, ao longo de 1925, *O emancipado*, *A voz do emancipador*, *A voz do emancipado* e *Emancipador*. Encontrado e registrado um novo diretor, o jornal voltou a circular. Quando, numa segunda ocasião, em 1926, após uma greve de ferroviários que a publicação apoiou, o jornal voltou a ser suspenso, inclusive com tentativa de empastelamento da oficina própria, torna a publicar “números únicos”, sob os títulos sucessivos e semanais de *O emancipador dos assalariados*, *O emancipador dos*

---

<sup>45</sup> HOHLFELDT, Antonio – “Comunicação e cidadania: O caso exemplar de *O emancipador* de Moçambique”, Comunicação, mídia e consumo, São Paulo, ESPM, Ano 5, Vol. 5, Nº 14, novembro de 2008, ps. 13-32.

*humildes, O emancipador dos produtores, O emancipador dos proletários, O emancipador dos oprimidos, O emancipador dos trabalhadores, O emancipador dos desprotegidos, O emancipador amordaçado*, retomando sua circulação normal até 1937, quando foi suspenso por força de ato do Estado Novo português.

Editado por uma espécie de confederação de sindicatos de trabalhadores, *O emancipador* não é caso único que uma publicação que trocou de nome, quando proibida de circular, seja por que motivo fosse, mas é a mais referencial pela obviedade da alternativa buscada e pelo verdadeiro desafio às autoridades que significou, o que leva-nos a pensar, dado o poder discricionário que tais autoridades possuíam e que, se quisessem, poderiam tê-lo usado efetivamente contra os responsáveis pelo periódico, que, na verdade, tomavam-se medidas mais formais e administrativas do que propriamente políticas. Tudo mudou, é claro, com a chegada do Estado Novo. Após 1975, conta Ilídio Rocha, foi ele intermediário, a pedido das novas autoridades, junto aos descendentes daqueles militantes sindicalistas e alguns dos redatores e diretores da publicação, no sentido de resgatá-la – escondida que fora – para que pudesse ser melhor conhecida e valorizada<sup>46</sup>.

### **Alguns jornalistas pioneiros**

Neste mesmo sentido, uma figura pioneira foi o alferes Alfredo de Aguiar, mestiço angolano que se fixou em Moçambique. Em 1885, começou sua “carreira jornalística” com um jornal chamado *O imparcial*; dois anos depois, publicou *O correio da Zambésia*; em 1891, fez circular um jornal demolidor, *Gazeta do Sul*, a que se seguiria, em 1892, *Clamor africano*, semanal, que sobreviveu até 1894<sup>47</sup>.

Na mesma linha andarão Clemente Nunes de Carvalho e Silva. A 20 de outubro de 1900, este surpreendente redator de requerimentos embaraçosos e de folhetos de radical liberdade de expressão, ao lado de Manuel de Moraes dos Santos e José Benigno Ribeiro Garrido faz editar *O Portuguez*, que viverá até a décima primeira edição, quando é suprimido por uma portaria provincial, a 30 de novembro do mesmo ano. Sem interromper a periodicidade da publicação, Clemente Nunes imediatamente publica *Portuguez*, que estréia no dia 8 de dezembro. O jornal é suprimido a 28 de agosto de 1901, durando, pois, um pouco mais do que o anterior. Clemente Nunes não

---

<sup>46</sup> Ilídio Rocha estuda detidamente a publicação, em *A imprensa de Moçambique*, op. cit., p. 123 e ss.

<sup>47</sup> ROCHA, Ilídio - *Contribuição para a história da imprensa em Moçambique*, op. cit., p. 6.



se intimida e lança, em 26 de janeiro de 1902, *O Progresso de Lourenço Marques*, escrevendo, no cabeçalho, que se trata do sucessor dos dois periódicos anteriores. Esta nova publicação circulará até a edição 169, quando, em 5 de abril de 1905 é ainda uma vez suprimido. Sucede-se o quarto jornal, *A portuguesa*, cujas datas se desconhecem. Deve ter circulado entre fins de abril e princípios de maio de 1905, mas durou muito pouco. Clemente Nunes continua sua jornada, e volta, no mesmo ano, ao *Progresso de Lourenço Marques*, que estampa, no cabeçalho, explicitamente: “Semanário sucessor de *O Portuguez*, *Portuguez*, *O Progresso de Lourenço Marques* e *A portuguesa*, todos suprimidos”. Desta vez, alcançou 110 edições e foi ainda uma vez suprimido, em 27 de dezembro de 1906. Clemente Nunes editou, ainda em 1905, panfleto de 16 páginas em que historiava e protestava publicamente contra as sucessivas supressões de seus jornais, atacando especialmente o Governador Geral João de Azevedo Coutinho.

Outra figura impressionante de jornalista militante foi Manuel Nascimento Ornelas. A exemplo de Clemente Nunes de Carvalho, também ele é republicano e lança, em 29 de março de 1904, um primeiro jornal destinado a difundir tais princípios. Trata-se do *O distrito*, de Lourenço Marques, periódico diário, que foi suprimido um ano depois, em 15 de março de 1905. Em seguida, Ornelas inicia a circulação do *Diário de notícias*, a 1º de abril de 1905, interrompido em sua circulação em 1907.

Ainda destacável é a figura do capitão Manuel Simões Vaz. Em 15 de abril de 1926, ele dá início à publicação do jornal *Notícias*, que à época em que Ilídio Rocha editou a monografia “Contribuição para a história da imprensa de Moçambique” ainda circulava, em Lourenço Marques. *Notícias* substituía *O correio de Lourenço Marques*, de Eduardo Saldanha, que deixara de circular, e do qual Simões Vaz era o principal redator. Simões Vaz funda a Empresa Tipográfica, sendo seus sócios aquele mesmo Eduardo Saldanha, José Joaquim de Moraes e Paulino dos Santos Gil, outro nome de importância na história da imprensa moçambicana. Nas primeiras 151 edições do jornal, o capitão era seu editor e redator, mas com a nova lei de imprensa, de 1926 (Lei João Belo, nome do administrador que a idealizou, valendo o princípio apenas para a imprensa colonial), ele foi substituído, sucessivamente, por diferentes figuras ilustres da cidade, portadoras de título universitário, que ele não possuía, mas que era exigido pela nova lei, independentemente de vinculação (do título) ou não com a própria

atividade editorial. Enquanto isso, Simões Vaz mantinha um processo na área jurídica, que acabou vencendo, podendo retornar à função de diretor do jornal, que manteve, até vendê-lo, em 1963.

A publicação iniciou com dificuldades. Nas primeiras semanas, tinha apenas 36 assinantes! Mas graças à exploração de notícias de *fait divers*, e com o golpe militar que instauraria o Estado Novo, a 28 de maio de 1926, logo alcançou 900 assinantes e se firmou, financeiramente, de sorte que, em 1967, tornou-se uma sociedade anônima, com um excelente capital social e sede própria. O capitão dirigiu o jornal entre 1926 e 1957. Seus filhos lhe continuaram a obra. Rocha acusa o jornal de, neste período, ter evidenciado simpatias para com os aliados, ao longo da II Grande Guerra, e chega mesmo a contar que, ao abrir um armário da redação, encontrou farto material enviado pelo governo inglês como propaganda oficial<sup>48</sup>.

Segundo Ilídio Rocha, *Notícias* teve pelo menos três iniciativas importantes para a história da imprensa local: em 1933 fez editar uma revista ilustrada quinzenal, dirigida por Sobral Campos, chamada *O ilustrado*; ela circulou exatamente durante um ano, conforme havia sido antecipado, com excelente apresentação gráfica<sup>49</sup>. Simões Vaz passou a publicar uma edição extraordinária do *Notícias* aos domingos, dia em que, na época, não circulavam jornais. Esta edição tinha caráter mais recreativo e literário, sendo preparada ao longo da semana<sup>50</sup>. Esta edição circulou entre 24 de outubro de 1943 e 26 de maio de 1946, quando o jornal suprimiu a publicação extraordinária, porque passou a circular sete dias na semana. Por fim, a 15 de abril de 1952, *Notícias* lançou uma edição vespertina, que adotou o título de *Notícias da tarde*, publicando-se até 6 de dezembro de 1969, quando foi substituído pelo *Tribuna*, que à época da pesquisa de Ilídio Rocha, ainda circulava<sup>51</sup>.

As figuras mais significativas, contudo, inclusive com suas contradições, de todas as que se destacam nesta sucessão do que podemos denominar verdadeiramente de *apóstolos da imprensa* são os irmãos José e João Albasini. Netos de João Albasini,

---

<sup>48</sup> ROCHA, Ilídio - *A imprensa de Moçambique*, op. cit., p. 147, nota 13.

<sup>49</sup> Tivemos a oportunidade de compulsar a coleção completa da revista, quando de nossa pesquisa na Biblioteca Pública Municipal do Porto, e que será motivo de estudo individualizado, em breve.

<sup>50</sup> Note-se que a prática perdura hoje nos grandes jornais de referência, que acrescentam à edição cotidiana do domingo uma revista ou um caderno complementar com artigos variados.

<sup>51</sup> Todos os dados foram compilados do livro de Ilídio Rocha antes mencionado, *Contribuição para a história da imprensa em Moçambique*, op. cit., p. 12, mas são confirmados por nossas pesquisas, já que, sendo publicações mais recentes, encontram-se em bom estado e arquivados na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

português (1813-1888), que foi caçador, negociante, chefe tribal (!!!), alto funcionário do governo da república bôer, até sua derrocada, e cônsul de Portugal no Transvaal. É figura destacada no livro de Diocleciano Fernandes das Neves, “Itinerário de uma viagem à caça do elefante”<sup>52</sup>. Em 1909, seus dois netos, José e João, criam um jornal chamado *O africano*. Trata-se da primeira publicação dirigida a uma classe social que surge em Moçambique, a dos mulatos ou mestiços, resultado da miscigenação de homens brancos, europeus na maioria, nas não só (poderiam ser hindus ou árabes), chegados ao continente africano e que se casam e procriam com mulheres africanas negras. O jornal é dirigido, assim, à “população não branca alfabetizada”. João Albasini, na época, era empregado do porto de Lourenço Marques, como chefe de pessoal do cais; e seu irmão José também trabalhava ali, como despachante oficial. Uma das grandes novidades da publicação era uma sessão em língua quironga, editada desde um chamado *número programa* do jornal, publicado no dia 25 de dezembro de 1908<sup>53</sup>. Se levarmos em conta que, em sentido estrito, tais línguas não eram escritas, isso significa que já se havia desenvolvido, em tais territórios, um sistema de grafia de idiomas eminentemente orais, o que nos traz interessantes questões para estudos lingüísticos, ocupação de quem tenha tal competência e capacidade<sup>54</sup>.

A partir de 1º de março de 1909 o jornal se torna semanário, sob o *slogan*, no cabeçalho, de “Número de propaganda a favor da instrução”. José Albasini foi o editor e João Albasini o diretor do jornal. *O africano* tinha tipografia própria, e teve sempre despesas razoavelmente altas, o que significa: não era cobertas pelas assinaturas. No entanto, registra Ilídio Rocha, depoimento de um dos antigos proprietários do jornal, ao pesquisador Raul Neves Dias, esclarece seu financiamento:

---

<sup>52</sup> Referência de Ilídio Rocha, em *A imprensa de Moçambique*, op. cit., p. 98, nota 28.

<sup>53</sup> Era uma prática, não muito comum, mas presente em jornais que se pretendiam de maior porte e seriedade, a edição de um *número programa* de jornal que se pretendesse editar. Servia para divulgar a nova publicação. Esta primeira edição era enviada gratuitamente a potenciais assinantes, e combinava-se com uma prática, essa sim, absolutamente generalizada, de um pedido e alerta para que, quem não se interessasse pela mesma, deveria devolvê-la à redação. A não devolução implicaria em aceitar ser assinante do jornal e, portanto, ao final de um determinado período, em geral mensal, pagar a devida assinatura. Ou seja, repassava-se o ônus da devolução ao próprio assinante. O risco do editor – e isso se verifica nos avisos e queixas de diferentes publicações – é que muita gente não devolvia o jornal, mas também não pagava a assinatura. Nas pesquisas desenvolvidas, pode-se verificar, inclusive, que muito jornal acabou deixando de circular graças a esses chamados *caloteiros* (?).

<sup>54</sup> O bilinguismo do jornalismo moçambicano, assim, não era apenas de português-inglês, já que Moçambique estava rodeado de colônias ocupadas pela Inglaterra, como a Zambézia, Transvaal, etc., mas também em relação a línguas nativas. O mesmo processo vai se verificar na imprensa de Goa, na Índia, em que a diversidade lingüística é tão grande ou maior que a de Moçambique.

era a maçonaria e seus adeptos quem o financiava, com excelentes resultados. O jornal cresceu e chamou a atenção de muitos, inclusive de um sacerdote missionário, padre José Vicente do Sacramento. O sacerdote, que vivia praticamente na miséria, na região do Transvaal, tornou-se correspondente do jornal. Recebia, como paga, exemplares que deveria vender, podendo ficar com o dinheiro. Contudo, acaba expulso da região, uma vez que o jornal denunciava constantemente a espoliação a que eram submetidos os trabalhadores moçambicanos nas empresas locais. De retorno a Lourenço Marques, torna-se funcionário do jornal: redige, traduz, auxilia na área administrativa.

Em 1912, a maçonaria decide indicar um secretário de redação, José dos Santos Rufino, que logo se torna grande amigo do religioso, ainda que este, a essas alturas, já explorasse a agricultura em uns campos próximos. Não deixara, contudo, de colaborar com o periódico.

Durante a I Grande Guerra, Santos Rufino se torna correspondente da agência Havas, em Moçambique. Com isso, *O africano* recebe um serviço telegráfico exclusivo com informações do *front*, a que soma informações telegráficas da Reuters, até então exclusividade do The Lourenço Marques Guardian, em língua inglesa.

Tudo isso alarga o público d'*O africano*, que começa a atingir também o leitor branco. Sem deixar de publicar a sessão em língua ronga, torna-se em breve um simples jornal noticioso, ampliando, inclusive, a circulação para bi-semanal.

O sacerdote, enquanto isso, associa-se com um judeu estabelecido na África do Sul e torna-se concessionário da loteria de Moçambique. Em breve, adquire *O africano*, de que se torna então diretor, incluindo ainda uma seção em língua inglesa, dirigida especialmente ao leitor da África do Sul. *O africano* deixou de ser editado em 1920.

Os irmãos Albasini, contudo, com o dinheiro recebido, fundaram outro semanário, nos mesmos moldes, *O brado africano*, começando tudo de novo, a partir de 24 de dezembro de 1918, em associação com Estácio Dias, outro mestiço funcionário da Fazenda.

Ilídio Rocha é bastante duro na avaliação que faz da história deste jornal. Semanal, a princípio, vale-se da mesma fórmula do periódico anterior, dirigindo-se, pois, essencialmente, aos mulatos. Mas para Rocha, ele é demasiadamente europeu em sua ideologia, e profundamente racista em relação aos negros. Também bilingüe, sobre ele escreve Ilídio Rocha:

A verdade é que, enquanto dirigido, de fato, por mulatos, teve sempre um ponto de vista que em nada diferia do dos brancos ali radicados ou

em vias de se radicarem, ou seja, um ponto de vista colonial, como aqueles pugnando pelo desenvolvimento econômico e social do território, mas sempre numa perspectiva eurocentrista<sup>55</sup>.

As pesquisas realizadas não indicam esta tendência tão radical. Se o jornal se coloca às vezes crítico em relação aos negros, defendendo sobretudo aos mulatos, torna-se um eficiente porta-voz da colônia junto à metrópole, o que ultrapassa qualquer questão racista. De qualquer maneira, ambos os irmãos Albasini foram militantes de uma causa objetiva, a defesa do interesse dos coloniais, como chamavam os mestiços nativos de Moçambique, e neste sentido inclusive participaram da fundação, dirigiram e vincularam inclusive o jornal ao Grêmio Africano, instituição que, ao longo de muitos anos, defendeu a causa dos mestiços. Tanto isso é verdade que, quando da morte de João Albasini, e nos anos subsequentes, enormes homenagens e constantes artigos de fundo e lembranças buscaram sempre valorizar a figura, especialmente, de João Albasini.

O que se deve reconhecer é que, sobretudo a partir de 1958, e já sem o concurso dos irmãos, o jornal (e o Grêmio Africano), de que ele era porta-voz, recebe apoio formal do Ministro das Colônias, Marcelo Caetano, e torna-se, até seu desaparecimento, em 1974, por força da injunção política de então, apoiador explícito da ditadura salazarista. O Grêmio Africano alcança, inclusive, receber um terreno do governo, e financiamento para a construção de sua sede, luta que mantivera ao longo dos anos<sup>56</sup>.

Muito mais se pode escrever, com detalhes, a respeito de personalidades e de publicações. Tanto as fontes bibliográficas quanto nossas pesquisas nos levam, contudo, a planejar ensaios específicos para cada caso.

### **Algumas generalizações**

A título de conclusão, queremos resumir algumas características dessa imprensa, algumas das quais típicas da imprensa da época, inclusive a colonial; outras, específicas da imprensa colonial; e algumas poucas, enfim, diretamente vinculadas à realidade do entorno em que circulava, o território de Moçambique.

---

<sup>55</sup> ROCHA, Ilídio - *A imprensa de Moçambique*, op. cit., ps. 120 e SS.

<sup>56</sup> O Grêmio Africano, mais tarde Associação Africana de Lourenço Marques, teve seguidores em outras colônias, como Angola. Seus estatutos foram aprovados em 7 de julho de 1920, e constituía-se em associação de mestiços nascidos em Moçambique. Ver ROCHA, Ilídio - *A imprensa de Moçambique*, op. cit., p. 145, nota 3.

Já identifiquei algumas dessas tendências em artigo anterior<sup>57</sup>:

1. envio dos exemplares das primeiras edições a um determinado conjunto de habitantes, provavelmente aqueles que constam como alfabetizados, mais ou menos possuidores de bens e capazes de se interessar por um jornal. Quem não quiser assinar o periódico, deverá devolvê-lo à redação;

2. registro do aparecimento de congêneres, não apenas na própria colônia quanto nas demais colônias. Isso significa que os jornais de então mantêm forte intercâmbio, o que se confirma pela observação do ponto seguinte. Os jornais igualmente noticiam a suspensão de circulação dos colegas e, por vezes, até a existência de processos (policiais, administrativos ou censoriais), condenações ou absolvições; essa prática auxilia na reconstrução da história de cada periódico;

3. forte trânsito dos jornais entre as colônias e destas com a metrópole: é comum a citação e a transcrição de artigos de uns jornais pelos outros, o que significa que os jornais se lêem entre si;

4. isso implica, também, na constituição de um campo específico de circulação, para aquém do círculo de leitores leigos e gerais, ou específicos – mas no campo da política partidária ou dos grupos administrativos, por exemplo – que a publicação busca alcançar. Pode-se mesmo dizer que o jornal que não mantiver uma constante polêmica com outras publicações é um jornal de menor importância no contexto de imprensa de então;

5. todos os jornais coloniais são obrigatoriamente enviados, para depósito, às bibliotecas do Porto e de Lisboa, advindo daí a possibilidade de se fazer consulta a essas publicações;

6. é comum o lançamento de novos títulos em substituição aos anteriormente suspensos ou proibidos. Assim, quando um jornal é impedido de circular, imediatamente a instituição editorial lança um novo título; e este novo título assume assinantes, compromissos financeiros e linha editorial do jornal anterior;

7. menos que oposição à condição colonial em si, os jornais das colônias, de modo geral, exercem uma constante crítica às companhias de administração a quem a Metrópole entregava as colônias, especialmente no caso de Moçambique;

---

<sup>57</sup> HOHLFELDT, Antonio – “Imprensa das colônias de expressão portuguesa: Primeira aproximação”, comunicação apresentada ao XXXI Congresso Brasileiro de Ciências Interdisciplinares da Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte/INTERCOM, Natal. Setembro de 2008.

8. multiplicam-se os períodos de censura ao longo da história desses jornais, na maior parte das vezes por questões absolutamente externas ao próprio contexto colonial; essa censura não interfere diretamente nas questões locais ou regionais, de modo que falar mal da limpeza da cidade; criticar a companhia de administração; cobrar melhor desempenho dos serviços postais não é obrigatoriamente motivo para a intervenção da censura, nem mesmo depois de 1926;

9. as dimensões dos periódicos em geral é a do tablóide, tal como o conhecemos hoje, mas com infinitas variações nas dimensões exatas, dependendo do papel recebido; os jornais em geral circulam com quatro páginas, sendo que a última é sempre de publicidade; de modo geral, os jornais são semanais, definem-se como informativos e noticiosos (embora haja aqueles que sejam políticos, e neste caso ligam-se claramente a um partido e quase sempre são fundados pouco antes de uma campanha eleitoral, desaparecendo em seguida, sobretudo se o candidato não se elege;

10. há exigências de registro prévio da publicação, identificação do seu administrador e do seu editor e, a partir de um determinado momento, exige-se mesmo um título universitário para o responsável pelo jornal, ou um depósito prévio, de valor bastante alto, que só poderá ser levantado alguns meses depois do encerramento de circulação do jornal; isso serve para pagamento de eventuais multas em casos de processos sofridos pela publicação, o que gerará inúmeros problemas para muitas folhas.

Especificamente sobre Moçambique, pode-se dizer, para concluir que, embora tendo iniciado sua vida bastante recentemente, em 1854, como se viu, desenvolveu-se muito rapidamente, alcançou diversificação e teve algumas experiências no mínimo curiosas, como publicações dedicadas ao cinema (*Cine-África* – 1933) ou estreitamente vinculado ao surgimento do rádio, como *Rádio Moçambique* (1935-1973), vinculado ao Grêmio dos Radiófilos da Colônia de Moçambique/Rádio Clube de Moçambique; ou *Q.R.V* (1937-1963), pertence à Liga dos Rádio-Emissores de Moçambique<sup>58</sup>. Ou seja, nos anos mais recentes, pode-se verificar uma articulação crescente entre a imprensa e outros meios de informação e de comunicação, constituindo o que denominar-se-ia uma indústria cultural, mesmo que insipiente.

---

<sup>58</sup> Informa Ilídio Rocha, em *A imprensa de Moçambique*, op. cit., p. 347, que Rádio Moçambique pertencia à primeira agência de publicidade do território, a Agência Colonial de Moçambique. Tivemos a oportunidade de compilar alguns desses exemplares e mesmo de copiá-los, junto à Biblioteca Pública Municipal do Porto.

## Referências

- ARANHA, Pedro Wenceslau Brito – **Rapporte la section portugaise au 1er. Congrès International de la Presse**, Lisboa, Imprimerie Universelle. 1894.
- BRANDÃO, Fernando de Castro – **História da expansão portuguesa – 1367 – 1580** – Uma cronologia, Europress, Odivelas. 1995.
- DIAS, Raul Neves - **A imprensa periódica em Moçambique – 1854 – 1954** (Subsídios para a sua história), Lourenço Marques, Imprensa Nacional. 1957.
- FIGUEIREDO, A. dos Santos - **Colônia de Moçambique** – A vida social, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique. 1934.
- GONÇALVES, José Júlio - **A informação em Moçambique** (Contribuição para o seu estudo), Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. 1965.
- HOHLFELDT, Antonio – “Imprensa das colônias de expressão portuguesa: Primeira aproximação”, comunicação apresentada ao XXXI Congresso Brasileiro de Ciências Interdisciplinares da Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte/INTERCOM, Natal. Setembro de 2008.
- HOHLFELDT, Antonio – “A imprensa das colônias de expressão portuguesa: Principal bibliografia”, 6º Encontro Anual da SBPJor, UNIPI, São Paulo. 2008.
- HOHLFELDT, Antonio – “Comunicação e cidadania: O caso exemplar de *O emancipador* de Moçambique”, *Comunicação, mídia e consumo*, São Paulo, ESPM, Ano 5, Vol. 5, Nº 14, novembro de 2008, ps. 13-32.
- LÚPI, Luís C. – **A intormação e a formação da opinião pública no Ultramar português**, Lisboa, Tipografia Minerva. 1958.
- MELO, José Marques de – **Sociologia da imprensa brasileira**, Petrópolis, Vozes. 1973.
- MÚRIAS, Manuel – **História breve da colonização portuguesa**, Lisboa, Ática.1940.
- NEVES, João Alves das – **História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo**, Lisboa, Direção-geral da Comunicação Social.1989.
- ROCHA, Ilídio – **Contribuição para a história da imprensa em Moçambique**, Lourenço Marques, CODAM. Sem data.
- ROCHA, Ilídio – **A imprensa de Moçambique**, Lisboa, Livros do Brasil. 2000.
- VIEIRA, A. da E. Santos – **Colônia de Moçambique** – História da expansão do domínio português, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique. 1934.

